



ESHOJE[®]



Fundado em 19 de julho de 2000
por Carlos Roberto Coutinho

Vitória, 16 de outubro de 2026 » Ano XXVI » Nº 1406
Edição Gratuita Semanal » www.eshoje.com.br

/eshoje

@eshoje

eshoje

eshoje

POLÍTICA

ES tem trio
vitorioso nas
eleições » 5



COLUNA

Perversa
economia
nacional » 7



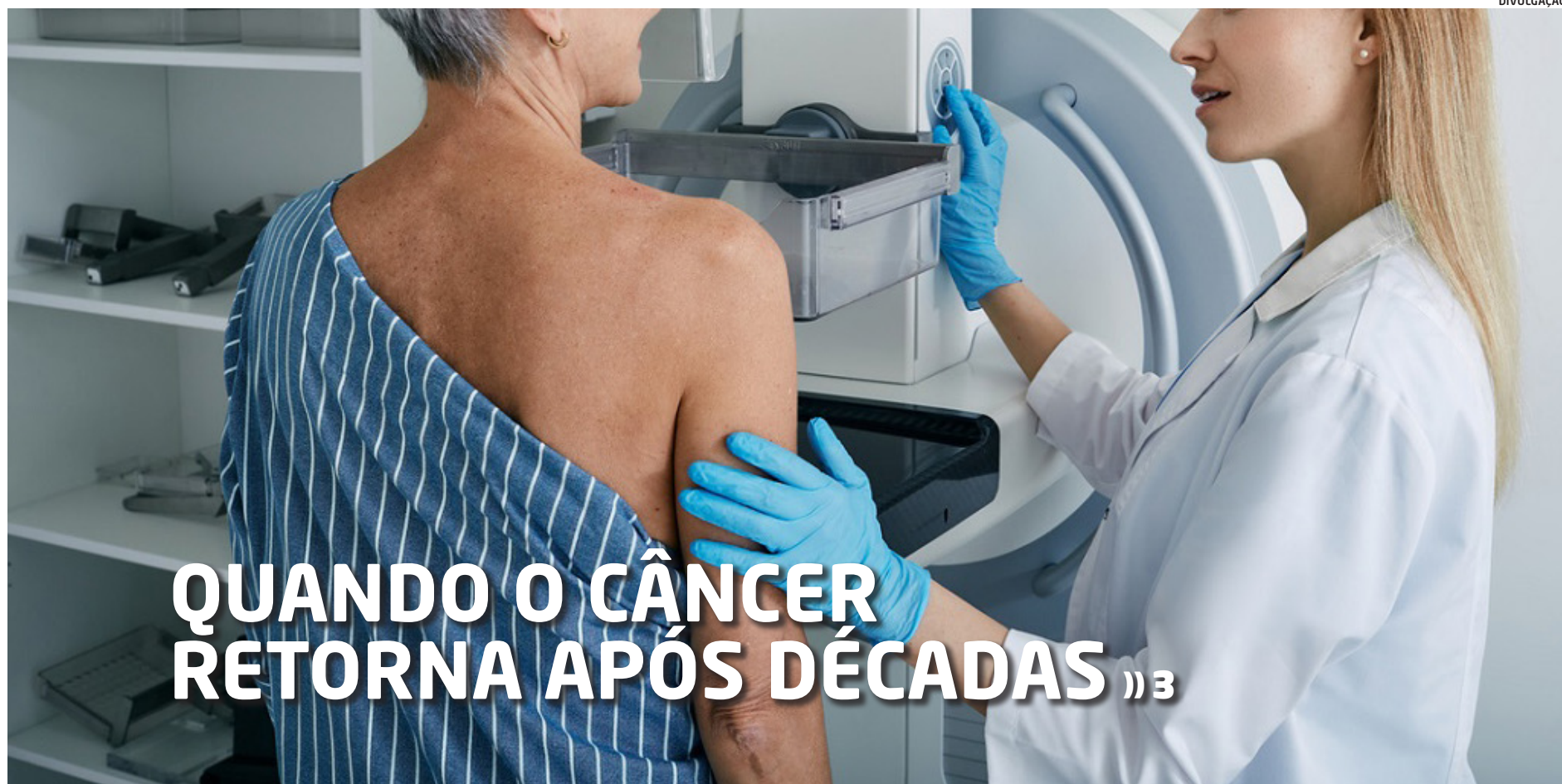
ESHOJE2

Natureza e
arte em nova
coleção » 9



6x1: comércio e hospitais do ES têm que se reorganizar

Com o fim da escala 6x1, necessidade de atender aos fins de semana ou manter operações durante 24 horas exigirá redistribuir turnos e avaliar contratações » 4



QUANDO O CÂNCER RETORNA APÓS DÉCADAS » 3

Recidiva tardia pode variar conforme o tipo de tumor, o estágio da doença e os tratamentos realizados; aposentada conta experiência e diz como enfrenta novo desafio



Reinado das canoas na Baía de Vitória

2ª edição do VA'A Team Challenge deve reunir 160 atletas na Curva da Jurema, no sábado (17), em busca do título » 8

COMO A POLÍTICA INFLUENCIOU A NOSSA COMIDA?

Colunista mostra como na história do Brasil a comida foi moeda de troca e identidade » 10

FOTO DA SEMANA



LEONARDO SILVEIRA

Na manhã desta quarta (14), a aposentada Martinha Barros dos Santos viu o sonho da casa reformada se tornar realidade. Moradora do bairro São Pedro, sua residência recebeu paredes rebocadas, piso novo e cor em todos os cômodos. A entrega foi feita por meio do programa Casa Feliz e Segura, da Prefeitura de Vitória.

EDITORIAL

Promessas sob cobrança

O segundo turno presidencial colocou na televisão duas promessas capazes de mobilizar o eleitor: viver com mais segurança x trabalhar com mais qualidade de vida.

Flávio Bolsonaro enfatiza o combate ao crime e procura afastar o receio de perda de benefícios sociais. Lula concentra parte de sua ofensiva no fim da escala 6 por 1. São assuntos legítimos e urgentes. O problema começa quando a disputa pela confiança cede lugar à exploração do medo.

Ao assegurar que manterá o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, Flávio busca passar a visão de que reconhece a importância de políticas que ultrapassam o patrimônio eleitoral de um partido. Mas esse compromisso precisa vir acompanhado de explicações sobre financiamento, alcance e continuidade. Prometer preservar benefícios enquanto se anunciam cortes de impostos e despesas exige mostrar como as contas serão equilibradas. A garantia verbal é apenas o início da resposta.

Na segurança, a proposta do Smart Brasil, inspirada no monitoramento por câmeras de São Paulo, oferece uma mensagem de fácil compreensão. Mas tecnolo-

gia precisa estar ligada à investigação, à inteligência e à cooperação entre governos. O eleitor merece conhecer custos, metas e critérios de avaliação. A quantidade de equipamentos anunciados, por si só, não demonstra a capacidade de enfrentar o crime organizado.

Lula, por sua vez, aposta em uma demanda concreta de quem dispõe de pouco tempo para descansar, conviver com a família e cuidar da saúde. Discutir o fim da escala 6 por 1, aprovada no Senado nesta quinta (15), é necessário. Transformar essa discussão em prova exclusiva de sensibilidade social, porém, empobrece o debate. A propaganda que apresenta apenas um candidato como garantia da mudança precisa dar espaço às condições de sua implementação.

É preciso esclarecer a transição, a preservação dos salários e os efeitos sobre empresas de diferentes portes. Perguntar como a medida funcionará não significa rejeitar direitos. Significa levar a sério uma proposta que interfere na

rotina de trabalhadores e empregadores. O tom agressivo pode mobilizar apoiadores, mas não substitui respostas para quem ainda busca razões para decidir.

Há uma responsabilidade comum às duas campanhas: distinguir proposta, compromisso e resultado. Advertir sobre riscos exige evidências; negar possíveis perdas exige compromissos verificáveis. Nem a defesa do legado dispensa Lula de prestar contas, nem o discurso de mudança libera Flávio de explicar o governo que pretende fazer.

O país precisa de uma campanha que ajude a escolher, não que apenas ensine a temer o adversário. Segurança, renda e descanso merecem mais do que slogans. Até a votação, cabe aos candidatos oferecer caminhos viáveis e respeitar a inteligência do eleitor. Uma eleição limpa pressupõe liberdade de escolha, informação confiável e respeito ao resultado das urnas. A democracia deve sair fortalecida, qualquer que seja o vencedor.

ESPAÇO DO LEITOR

Ficção e realidade

A narrativa especulativa demonstra que a estrutura do universo não se sustenta apenas por leis físicas ou cálculos matemáticos, mas pela capacidade de estabelecer conexões profundas e ao mesmo tempo significativas. Nesse cenário de possibilidades ilimitadas, a fé, o amor e a amizade emergem como forças de coesão. O amor atua como uma constante gravitacional que transcende limites dimensionais e temporais. A amizade funciona como uma âncora para a identidade, garantindo que o indivíduo reconheça a si mesmo e ao outro, independentemente da realidade em que se encontre. A fé, por sua vez, converte a dúvida diante do desconhecido em uma escolha consciente dando sentido à jornada. Em "Interstellar", de Christopher Nolan, o amor atravessa dimensões para salvar a humanidade, enquanto em Matrix, a superação da ilusão depende da fé no propósito individual e na confiança mútua. Portanto, a ficção científica revela que a busca humana pelo significado do cosmos não deve focar no domínio sobre outras dimensões, mas no fortalecimento dos laços interpessoais. Reconhecer a brevidade da realidade é um convite para valorizar o presente e as decisões diárias. Cabe à sociedade compreender que, em meio a um universo infinito, o verdadeiro ato de coragem consiste em nutrir afeto, lealdade e esperança, transformando o cotidiano no único refúgio genuíno da experiência humana.

Edson de Albuquerque

Crianças e presença

Uma criança nem sempre consegue dizer claramente que está com medo, que se sente excluída ou que não compreendeu uma situação. Às vezes, ela chora, se afasta, insiste em uma pergunta ou reage de uma maneira que nos incomoda. Antes de concluir que é birra, preguiça ou desobediência, precisamos procurar entender o que aconteceu. Perguntar com calma e permitir que ela termine de falar pode abrir uma conversa que uma repreensão precipitada encerraria. Ouvir também faz parte da educação. A criança precisa de limites, orientação e adultos responsáveis por sua segurança. Esses limites podem ser apresentados com firmeza e respeito, sem humilhações. Podemos acolher sua raiva e, ao mesmo tempo, en-

sinar que não pode agredir alguém. Podemos compreender sua frustração e ajudá-la a lidar com uma resposta negativa. O diálogo permite que ela conheça as razões de uma regra e encontre formas de expressar o que sente. Nas famílias, essa presença precisa ganhar espaço na rotina. Sei que muitos pais e mães enfrentam jornadas longas, preocupações financeiras e cansaço. Ainda assim, vale proteger momentos possíveis de encontro: uma refeição compartilhada, uma conversa antes de dormir, uma leitura ou alguns minutos de brincadeira. Guardar o celular, olhar para o filho e acompanhar com interesse aquilo que ele conta são maneiras concretas de demonstrar que sua vida importa. O tempo de qualidade se constrói com atenção e continuidade.

Le Savoldi

Saúde emocional nas eleições

As democracias só existem porque o dissenso as move – uma vez que ele é inerente à pluralidade humana –, mas diante de novas maneiras de interagir, especialmente em ambientes digitais, precisamos dispor de mecanismos civilizatórios atualizados para processar o desacordo sem deixar a população tão vulnerável aos conspiracionismos, negacionismos e aos preconceitos. Nesse sentido, compreender o alcance da polarização exige políticas voltadas à educação cidadã e digital, sendo o letramento argumentativo precondição para que a democracia deixe de ser um conceito abstrato e convide minorias, religiosos e laicos para o debate respeitoso sobre que coletividade realmente queremos. A democracia só sobrevive se formos capazes de restaurar a civilidade sem abdicar da franqueza intelectual. Precisamos saber comunicar o que pensamos ser o melhor, sem nos calar e sem humilhar e ferir. Ideias conflitantes precisam coexistir no mesmo espaço, seja na praça pública, na empresa ou na sala de estar, sem exigir a eliminação simbólica ou moral do opositor. Se quisermos superar a polarização tóxica que corrói o nosso futuro coletivo, o primeiro passo é aceitar que discordar é um direito democrático e que respeitar a humanidade de quem pensa diferente é o melhor antídoto contra a barbárie.

Lucas Nascimento

Câncer pode voltar até 30 anos após tratamento

Especialista explica que recidiva tardia da doença pode variar conforme tipo de tumor

GIULIA REIS

jornalismo@eshoje.com.br

O Espírito Santo deve registrar 950 novos casos de câncer de mama em 2026, segundo estimativa do Instituto Nacional de Câncer (Inca). Embora o diagnóstico precoce e os avanços no tratamento tenham ampliado as possibilidades de controle da doença, uma questão ainda desperta dúvidas entre as pacientes: por que o câncer pode voltar mesmo depois de cinco, dez ou até vinte anos?

Conhecida como recidiva tardia, essa possibilidade está relacionada às características de determinados tumores e não significa que todas as mulheres que concluíram o tratamento enfrentarão novamente a doença.

No Brasil, a estimativa do Inca é de 78.610 novos diagnósticos de câncer de mama por ano entre 2026 e 2028. Os números se referem a novos casos da doença, e não a recidivas. A distinção é importante porque o risco de retorno varia conforme o tipo de tumor, o estágio em que foi identificado e os tratamentos realizados.

A oncologista Kítia Perciano explica que o câncer de mama não é uma doença única. Existem diferentes subtipos, com comportamentos e respostas ao tratamento distintos. Alguns são mais agressivos e apresen-

tam maior risco de retorno nos primeiros anos. Outros evoluem lentamente e podem reaparecer muito tempo depois.

“Existem os cânceres, principalmente os hormônio-dependentes, que são doenças mais lentas. Eles demoram para se multiplicar e crescer. Você faz o tratamento, aquelas células ficam quiescentes, mas nem todas morrem. Em uma parcela das pacientes, podem ocorrer recidivas muito tardias, depois de 20 ou 30 anos”, explica.

Isso acontece porque determinadas células tumorais podem permanecer em estado de dormência no organismo, sem provocar sintomas ou alterações detectáveis nos exames convencionais. Em algumas pacientes, essas células podem voltar a se multiplicar anos depois. A possibilidade, entretanto, varia conforme o tipo de tumor, o estágio da doença e os tratamentos realizados.

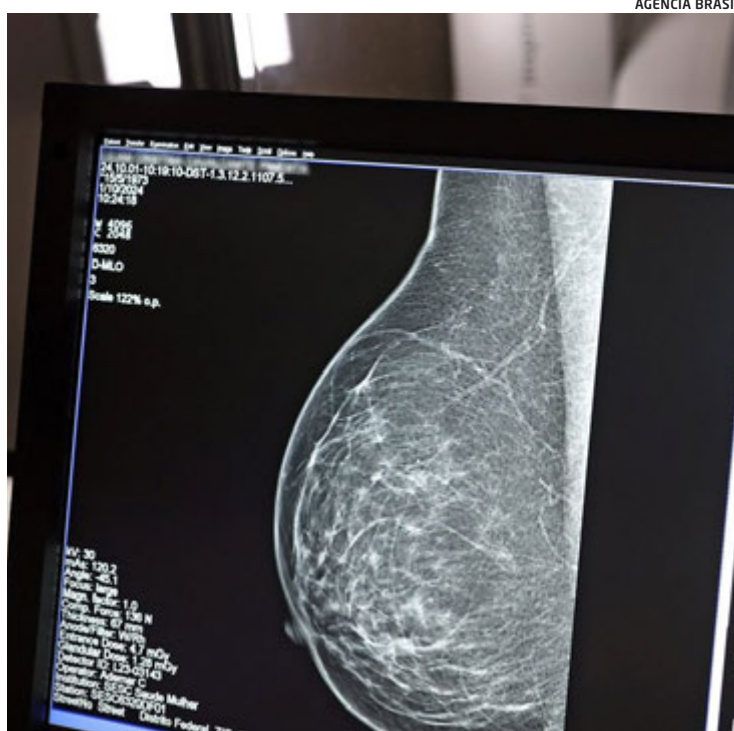
A especialista destaca que os avanços da oncologia têm permitido identificar cada vez melhor essas diferenças. Entre os principais subtipos estão os tumores hormônio-dependentes, os HER2-positivos e os triplo-negativos. Cada grupo apresenta características próprias e pode exigir estratégias específicas de tratamento.

Nos tumores HER2-positivos, por exemplo, medicamentos direcionados à proteína HER2 ampliaram as possibilidades terapêuticas. Já os tumores triplo-negativos, geralmente associados a um comportamento mais agressivo, costumam apresentar maior risco de recidiva nos primeiros anos após o diagnóstico.

A DÚVIDA DA CURA

Outra dúvida frequente é se uma mulher pode ser considerada curada depois de cinco anos sem sinais da doença. Kítia esclarece que esse período é utilizado como referência em estudos e avaliações médicas, mas não funciona como um prazo absoluto para todos os tipos de câncer.

O retorno também pode ocorrer de maneiras diferentes. A recidiva local aparece na mama ou na região anteriormente tratada. Já a recidiva à distância pode atingir outros órgãos, como ossos, pulmões e fígado. Essas situações apresentam prognósticos distintos e exigem avaliações individualizadas.



AGÊNCIA BRASIL

Estágio da doença e tratamento também impactam na recidiva

O pós-tratamento

MESMO DEPOIS do fim da quimioterapia, radioterapia ou cirurgia, o cuidado com a saúde deve continuar. Isso não significa realizar uma grande quantidade de exames constantemente, mas manter consultas e avaliações de acordo com as orientações médicas.

O Ministério da Saúde estabelece, em suas diretrizes de acompanhamento, que a frequência das consultas deve considerar o tempo desde o tratamento e as condições de cada paciente. A mamografia permanece entre os principais exames de seguimento, quando indicada. Já tomografias, cintilografias e exames de marcadores tumorais não são recomendados rotineiramente para todas as mulheres sem sintomas ou suspeitas clínicas.

A continuidade do acompanhamento permite avaliar a saúde das mamas, identificar possíveis alterações e cuidar também de efeitos tardios do tratamento. Sintomas novos, persistentes ou sem explicação devem ser comunicados ao profissional responsável, sem que isso signifique necessariamente o retorno do câncer.

Além das consultas, Kítia chama atenção para hábitos que contribuem para a saúde ao longo da vida, como manter uma alimentação equilibrada, praticar atividade física, controlar o peso, não fumar e evitar o consumo de álcool. Essas medidas podem ajudar a reduzir determinados riscos, embora não ofereçam garantia de que a doença não retornará.



DIVULGAÇÃO

O cuidado com a saúde deve continuar mesmo após o fim do tratamento

Para a oncologista, o mais importante é não permitir que o medo de uma possível recidiva impeça a paciente de retomar seus planos e sua rotina. O acompanhamento deve representar uma forma de cuidado e segurança, e não uma expectativa permanente de adoecimento.

“Não foi fácil, mas estou aqui, firme e forte. Muita segurança e muita fé”

VERA RIVA, aposentada

Enfrentando novamente o câncer de mama

A APOSENTADA Vera Lúcia Riva, de 70 anos, moradora de Vila Velha, conhece de perto os desafios de enfrentar um câncer de mama. Aos 40 anos, recebeu o primeiro diagnóstico e precisou passar por uma mastectomia total da mama esquerda, seguida de quimioterapia e radioterapia. Depois de concluir o tratamento, retomou a rotina e continuou cuidando da saúde. Décadas mais tarde, recebeu a notícia de que estava novamente diante da doença.

Vera conta que nunca deixou de fazer o acompanhamento médico. Mesmo durante os anos em que não apresentou sinais do câncer, manteve as consultas e realizou exames sob orientação da profissional responsável por seus cuidados.

O novo diagnóstico trouxe uma realidade diferente daquela enfrentada aos 40 anos. Desta vez, segundo a aposentada, a doença atingiu os ossos. Ela está passando por avaliação e tratamento, enquanto lida com o cansaço que tem afetado sua disposição. “Não foi fácil, mas estou aqui, firme e forte. Muita segurança e muita fé”, afirma.

Aos 70 anos, Vera enfrenta mais uma etapa de cuidados. Em junho, também passou por uma cirurgia na cabeça e sofreu um acidente vascular cerebral (AVC) isquêmico. Apesar das dificuldades recentes, conta que tem procurado manter a confiança e seguir as orientações médicas. “Estou bem, com pequenas alterações no cansaço”, relata.

A experiência de Vera mostra que o acompanhamento médico permanece importante mesmo muitos anos depois do tratamento inicial. Sua história, no entanto, não representa o destino de todas as mulheres que enfrentam o câncer de mama. Cada diagnóstico apresenta características próprias, e muitas pacientes seguem a vida sem que a doença retorne.

Para quem está passando pelo tratamento ou já concluiu essa etapa, a aposentada deixa uma mensagem de confiança e determinação. “Muita fé, confiança e determinação. Acredita no seu médico e sempre dizer: ‘Vamos vencer’”.



DIVULGAÇÃO

“Em uma parcela das pacientes, podem ocorrer recidivas muito tardias, depois de 20 ou 30 anos”

KÍTIA PERCIANO, oncologista

Fim da escala 6x1 desafia comércio e serviços no ES

Comércio, alimentação e saúde devem reorganizar equipes; mudança prevê folga extra

REDAÇÃO MULTIMÍDIA
redacao@eshoje.com.br

Comércio, serviços, bares, restaurantes e hospitais do Espírito Santo estão entre as atividades que tendem a enfrentar maior reorganização com o fim da escala 6x1. A necessidade de atender aos fins de semana ou manter operações durante 24 horas exigirá redistribuir turnos e avaliar contratações para cobrir a folga adicional dos empregados, sem interromper o funcionamento.

A proposta de emenda à Constituição foi aprovada pelo Senado em dois turnos na quarta-feira (14) e segue para promulgação pelo Congresso. O texto reduz o teto semanal de 44 para 40 horas, assegura dois dias de descanso remunerado e preserva os salários. A aprovação, porém, não altera imediatamente as escalas.

O desafio para esses estabelecimentos capixabas será conciliar menos horas disponíveis por empregado com a manutenção do atendimento. Supermercados, lojas de shopping e restaurantes dependem da presença das equipes em períodos de maior movimento, como noites, sábados e domingos. Na saúde, a cobertura dos plantões precisa ser preservada.

As estimativas reunidas nesta reportagem não detalham quantos trabalhadores serão atingidos nem os custos da mudança no Espírito Santo. Os diagnósticos das entidades setoriais ajudam a identificar os desafios, mas seus números não representam uma projeção para a eco-

nomia capixaba. No país, a mudança deve alcançar 26,8 milhões de trabalhadores, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) avalia que empresas precisarão contratar ou rever horários de funcionamento. Com o salário mensal mantido, a passagem de 44 para 40 horas eleva em 10% o custo salarial por hora, explica a assessora jurídica da entidade, Karina Negreli. Isso não equivale, ao mesmo aumento na folha total.

Nos bares e restaurantes, a Abrasel afirma que a escala 6x1 predomina nas funções operacionais, de cozinheiros e garçons a caixas e equipes de limpeza. A associação estima aumento de cerca de 20% nos gastos com pessoal para preservar o funcionamento e projeta reajustes de 7% a 8% nos preços. São avaliações da entidade, contrária à mudança, e não efeitos constatados.

Nos shoppings, a preocupação recai sobre os pequenos lojistas, com menos margem para reorganizar equipes. Segundo a Abrasce, empresas com até seis funcionários representam 56% das operações nesses centros comerciais. Já hospitais apontam dificuldades para recompor plantões em áreas com falta de profissionais qualificados, como urgência e emergência.

CONSTRUÇÃO

A construção civil também prevê ajustes. A Abrainc argumenta que etapas contínuas, como a concretagem, dificultam a adaptação



A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes estima aumento de 20% nos gastos com pessoal

e que manter o ritmo das obras pode exigir mais trabalhadores. O efeito será diferente entre atividades: bancários já têm jornadas reduzidas, enquanto a Petrobras informa que não utiliza a escala 6x1.

Do lado dos trabalhadores, sindicatos defendem que o descanso adicional pode reduzir o desgaste e ampliar o tempo para saúde, estudo e convivência familiar. Ricardo Patah, presidente da UGT e do Sindicato dos Comerciantes de São

Paulo, reconhece impactos econômicos, mas considera possível absorvê-los pela negociação.

Para Valdir Farias, do sindicato paulista que representa trabalhadores de hotéis, bares e restaurantes, garçons, cozinheiros e camareiras estão entre os beneficiados, por passarem longos períodos em pé. A expectativa sindical é que equipes mais descansadas tenham menos afastamentos e maior produtividade.

Empresas precisarão rever suas escalas

E PRECISARÃO revisar escalas, contratos, controles de ponto e convenções coletivas para identificar horários que ficarão sem cobertura. A orientação dos advogados ouvidos pelo ESHOJE é usar a transição para negociar com sindicatos e avaliar a redistribuição das equipes ou novas contratações.

Patrícia Pena recomenda planejamento sem mudanças precipitadas. Cláusulas coletivas incompatíveis com o novo regime perderão efeito dois meses após a publicação da emenda. Roberto Buticosky ressalta que o empregador não poderá impor condições contrárias aos novos limites.

Microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte poderão ter medidas transitórias específicas, mas elas dependerão de lei complementar. Sem essa regulamentação, não haverá uma exceção automática pelo tamanho do negócio.

Além de calcular o custo da hora trabalhada, será necessário verificar se os turnos preservam o atendimento e o descanso, para evitar que a adaptação gere irregularidades trabalhistas.

Duas folgas e salário preservado

A REDUÇÃO da jornada será feita em duas etapas, contadas a partir da publicação da emenda constitucional. Após dois meses, o limite semanal cairá de 44 para 42 horas, já com dois dias de repouso remunerado. Um ano depois dessa primeira mudança, chegará a 40 horas. Até sua entrada em vigor, continuam valendo as regras atuais.

O salário não poderá ser reduzido em razão da jornada menor, garantia que também alcança os pisos salariais. “A redução da jornada não autoriza a diminuição proporcional dos salários”, afirma a advogada trabalhista Patrícia Pena, ouvida pelo ESHOJE.

As folgas não precisarão ocorrer juntas nem, obrigatoriamente, aos sábados e domingos. Um dos descansos será prefe-



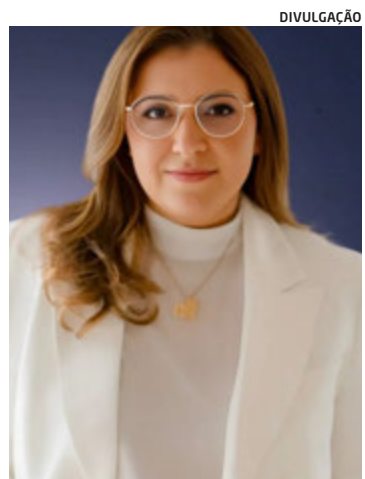
Trabalhadores de hospitais no ES devem ter jornada trabalhista reorganizada

rencialmente no domingo. Conforme explica o advogado Roberto Buticosky, a organização poderá atender às necessidades

de funcionamento, respeitadas as exigências legais.

A negociação coletiva poderá estabelecer compensações, desde que assegure, na média do mês, dois dias de descanso por semana e ao menos uma folga a cada sete dias. Assim, a distribuição dos dias trabalhados poderá variar, sem afastar o direito ao repouso.

A escala 12x36 não será automaticamente extinta, mas deverá observar os limites constitucionais e os instrumentos coletivos. Jornadas já iguais ou inferiores a 40 horas não terão redução proporcional automática. As novas regras não se aplicam aos servidores públicos; empregados com diploma superior e salário a partir de 2,5 vezes o teto previdenciário têm regras específicas de jornada.



“A redução da jornada não autoriza a diminuição proporcional dos salários”

PATRICIA PENA, advogada

BASTIDORES DA POLÍTICA

O articulador da vez

DIVULGAÇÃO



Articulação no Espírito Santo tem nome: Erick Musso

O presidente estadual do Republicanos, Erick Musso, consolida seu nome como o principal articulador eleitoral do Espírito Santo na atualidade. Com assentos conquistados na Câmara dos Deputados, no Senado e na Assembleia Legislativa, Musso está a um passo de eleger o governador do Estado. Se concretizado o feito, o Espírito Santo pode virar vitrine nacional como o único estado onde a mes-

ma sigla alcançou hegemonia em todas as esferas de poder.

No sapatinho

Prefeitos capixabas vivem um dilema de alta voltagem entre o compromisso com o Palácio Anchieta e o medo do isolamento. Prefeitos do interior que fecharam com o governador Ricardo Ferraço (MDB) pisaram no freio com o afunilamento do segundo turno. A ordem nos bastidores é a prudência: "Não quero ter um governador contra a minha cidade nem ver obras paralisadas. Tenho palavra com o Ricardo e não vou anunciar Pazolini, mas meti o pé no freio", confidenciou uma liderança do Norte do Estado.

Divisão na base

O racha não é só na cabeça do Executivo; nas cidades, a base do prefeito já tomou caminho próprio. Em Guarapari, no Litoral Sul, enquanto o prefeito Rodrigo Borges (Republicanos) tenta marchar num sentido, a sua base parlamentar migrou em massa. Os vereadores Izac Queiroz e Professor Luciano (ambos do PP), além de Marcelo Rosa (MDB), mergulharam de cabeça na campanha de Lorenzo Pazolini (Republicanos) neste segundo turno.

Acalmem os corações

A guinada dos presidentes estaduais Gilson Daniel (Podemos), Da Vitória (PP) e Marcelo Santos (União Brasil) rumo ao pódio de Pazolini trouxe alívio para os aliados municipais. Para muitos prefeitos e vereadores, essa movimentação das cúpulas partidárias dá a garantia e a "tranquilidade" de que, mesmo quem continuar no palanque de Ferraço, não terá o município abandonado pelo Governo do Estado após a apuração.

O custo do erro de cálculo 1

Nos corredores políticos, o diagnóstico sobre a fragilidade da campanha de Ricardo Ferraço é direto: efeito colateral da estratégia de Renato Casagrande (PSB). O ex-governador projetou eleger a si próprio no Senado, 2 a 3 federais e 4 estaduais, imaginando que a coligação Agora é o Futuro garantiria a maioria na Assembleia. No entanto, o plano atropelou dirigentes de peso — Gilson, Da Vitória e Marcelo Santos —, que viram outros nomes do PSB serem favorecidos.

O custo do erro de cálculo 2

A reação foi imediata: "Mexeu com as pessoas erradas", desabafou um cacique. O trio montou campanhas paralelas e atropelou

nas urnas — a menor votação entre eles (Marcelo) superou a única federal eleita do PSB, Emanuela Pedroso (Manu), em quase 13 mil votos. O desdobramento é a debandada atual do trio para a campanha de Pazolini. A leitura de bastidor é implacável: Ricardo acabou virando vítima dos cálculos de Casagrande.

Na contramão da cúpula

O mercado político aplaudiu a postura de Wanderson Bueno. Secretário-geral do Podemos no ES e prefeito de Viana, ele bateu o pé e deixou claro que não seguirá a orientação nacional/estadual de abandonar a candidatura de Ricardo (MDB), mantendo sua coerência e alinhamento firmado no primeiro turno.

Peça-chave em Cariacica

Outra postura bastante elogiada nos bastidores foi a de Shymenne Castro, vice-prefeita de Cariacica. Ela marchou ao lado dos candidatos do prefeito Euclério Sampaio (MDB), mas manteve um tom equilibrado e sem pontes queimadas. Há quem aposte que Shymenne desponta como peça fundamental para a governabilidade e articulações pós-pleito, seja qual for o resultado das urnas.

Bolsonaro acima do partido

O deputado federal mais votado da história do Espírito Santo, com a marca expressiva de cerca de 420 mil votos, manda avisar aos correligionários: Lucas Polese não jura fidelidade à sigla do PL, mas sim a Jair Bolsonaro. A interlocutores, o parlamentar deixou claro que, se o partido ficar maior que suas diretrizes ou se o cenário exigir, ele mudará de legenda sem pensar duas vezes para seguir o ex-presidente da República.

Cartão de visitas de peso

O estrategista e jornalista Lucas Rezende sai com passe valorizado das urnas após coordenar três campanhas vitoriosas nesta eleição: a de João Coser (PT), eleito deputado federal com 77.242 votos; a de Janete de Sá (PSB), reeleita para a Assembleia com 32.033 votos (crescimento de 23,9% em relação a 2022); e a de Júlio da FETAES (PT), também garantido na ALES com 17.775 votos. Rezende, que conduziu estratégia, criação e comunicação da tríplice vitória, já acumulava no currículo o feito de eleger Erica Neves, a primeira mulher a presidir a OAB-ES.

Somos diário. Seja no impresso ou no digital

Aqui você realiza, no melhor preço de mercado, a sua publicação legal.

ORGÃOS PÚBLICOS DO ES:

Garanta total
conformidade e
ampla publicidade
com o ESHOJE.

- A Lei nº 14.133/2021 exige a publicação em jornal de grande circulação.



Atendimento ágil, segurança jurídica
e total conformidade legal.

ESHOJE[®]



Do impresso ao digital **a gente te conecta com a notícia.**

HUGO BORGES

João Gualberto
Redação@eshoje.com.br



O pensamento político brasileiro

Luciano Oliveira é um bom amigo desde os tempos do doutorado na Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais, em Paris, onde ele era orientado por Claude Lefort e eu, por Cornelius Castoriadis.

Os dois foram grandes parceiros intelectuais, mas estavam rompidos naqueles já distantes anos 1980. Luciano voltou para lecionar Sociologia do Direito na Faculdade de Direito de Recife e produz muito intelectualmente. Entre sua vasta produção está um livro chamado Manual de Sociologia Jurídica, de 2015. Nele, há uma leitura da obra de Raymundo Faoro, da qual retiro aqui algumas informações.

A primeira é que Faoro foi um personagem original na vida cultural brasileira. Jurista de formação e profissão, chegou à presidência da OAB em 1977, num momento em que o general Geisel, aos trancos e barrancos, continuava a sua "distensão lenta, gradual e segura". O então presidente da OAB, pelo cargo que ocupava, foi um dos interlocutores do regime, que começava o processo que veio

a ser chamado pelo presidente Figueiredo de "abertura" - e que terminou desembocando na redemocratização do país, em 1985.

Foi nesse momento que Faoro se tornou uma figura pública, como um dos nomes mais expressivos do mundo jurídico do país. Curiosamente, ele já tinha um nome firmado na a sociologia e na ciência política brasileiras, por causa de um livro que publicou numa primeira versão em 1958 e, numa edição bastante ampliada, em 1975: Os Donos do Poder.

Ele trata, num primeiro momento, da instalação, no Brasil Colônia, de uma estrutura político-administrativa como prolongamento do Estado patrimonial português, a qual, a partir da Independência e da criação do Estado nacional - e isso independentemente de regime político -, continua tutelando a sociedade e

sugando as energias da Nação. Essa análise da permanência do estamento burocrático como eixo político é um ponto forte da obra. Eu dou também muito valor à análise que Faoro faz do surgimento do Potentado Rural, o poderoso senhor de terras que foi a origem social do nosso coronel republicano.

Entretanto, o título do presente artigo diz respeito a outro texto de Raymundo Faoro: Existe um Pensamento Político Brasileiro?, de 1987, publicado na Revista de Estudos Avançados, da USP, e republicado em 1994 em um pequeno livro com outros dois ensaios. Faoro argumenta, em seu texto, que temos feito uma importação de modelos europeus e que essa importação compromete a autenticidade do nosso pensamento político. Mais do que isso, afirma que toda tentativa de criar um modelo nosso foi historicamente esmagada pelo estamento burocrático de origem portuguesa.

Na atual crise no STF, isso fica,

para mim, muito claro. Nossa sociedade não produziu, ao longo dos anos, um modelo que pudessem levar em contas as demandas de todos os setores sociais. A forma como indígenas e africanos escravizados foram agregados na construção de nossa vida social foi muito subordinada aos interesses das elites dominantes. Ao longo de nossa história, desde o período colonial até os dias atuais, não conseguimos fugir da centralização do poder nas classes sociais que estão no topo das nossas escalas sociais ao longo dos séculos.

O que Faoro chama de estamento burocrático tem sua expressão de poder nas três instâncias que compõem o nosso quadro de poder. Em alguns momentos, o Executivo ocupou o seu centro, sobretudo nos golpes conduzidos pelos militares: em 1889, quando foi instalada a República; em 1930, quando Getúlio Vargas a modificou profundamente; em 1945, com sua queda; e em 1964, dando fim a um curto período democrá-

tico de 19 anos. O retorno ao sistema democrático se deu a partir de 1985 e, sobretudo, em 1988, com a nova Constituição.

Estamos novamente diante de uma crise, agora tendo como epicentro do Poder Judiciário e sua cúpula, instalada no Supremo Tribunal Federal, que deveria ser a instância de mediação dos conflitos. Um novo golpe militar conduzido pelas forças armadas ficou inviabilizado pelas patacoadas da Era Bolsonaro, quando elas também se mostraram contaminadas pelos mesmos males que afetam todas as elites. Ficamos, então, sem o que tem funcionado como nosso poder moderador, um modelo instituído pelos próprios militares.

Como sairemos dessa crise sem construir um outro modelo de Estado e sem a presença esmagadora das teorias estrangeiras, adaptadas por um estamento elitista e autoritário? Creio que nenhum de nós tem a resposta. Apenas sabemos que será um processo longo, difícil e doloroso.

COLUNA FEU ROSA

A iluminação

A noite caiu. E cá estava dado sujeito a procurar algo sob um poste aceso. Alguém passa e pergunta pelo objeto extraviado, buscando ajudar. Recebe como resposta que o dito cujo fora perdido em um matagal das redondezas - porém, como estava escuro lá, era mais fácil procurar ali!

Nosso país vem perdendo - há muito tempo - o brilho de sua economia. Seu povo, angustiado e perplexo, saiu pela noite das crises sem fim a procurá-lo. Mas estaria agindo como na piada acima?

Nossa busca, até aqui, limitou-se a basicamente três espaços: o do aumento de tributos, o da redução de direitos e o dos cortes nos serviços públicos. Todos comportam fácil convencimento de suas vítimas, digo, da população - iludem sob o poste aceso, afinal. Mas estaria neles a solução?

Após várias décadas de reformas sem fim podemos afirmar que não. Nossa carga tributária, elevada aos mais altos patamares do planeta, só tem feito prejudicar a produção, desnacionalizar a economia e aumentar sua informalidade. Ao reduzirmos direitos - a torto e a direito - temos criado uma sociedade mais amarga, conflituosa e com menor poder aquisitivo. E, quanto aos serviços públicos, já os temos sucateados sob todo e qualquer aspecto - humano e material. Assim, que tal irmos procurar a solução em locais outros?

Início pelos juros da dívida pública. Li que gastamos entre 30% e 40% de to-

dos os tributos arrecadados somente para o pagamento de juros - situados dentre os mais altos do mundo. Haveria alguma solução "fora da caixa" para este sério problema? Deve haver, dada a riqueza do nosso país. Não é possível que não haja, máxime em tempos de tantas alienações.

O olhar seguinte bem poderia ser na redução do que se convencionou chamar de "Custo Brasil". Nos gargalos que fazem empacar - sim, empacar - nossa economia. Que tal iniciarmos por uma redução brutal da burocracia que nos sufoca? Ou pela criação de uma cultura de estabilidade jurídica? Não nos esqueçamos, claro, da revisão de nossas matrizes energética e de transportes.

Resultaria, já daí, um mercado interno fortalecido. Uma indústria nacional mais pujante. Um povo menos dividido e mais preparado para enfrentar os grandes - e reais - desafios que este início de milênio nos apresenta.

O único problema é que estas soluções não estão... aos pés do poste aceso!

PEDRO VALLS FEU ROSA
Desembargador do TJES

ARTIGO

A Bíblia e o poder

O Brasil é um Estado laico, princípio decorrente da própria Constituição, e assim deve permanecer. Isso não impede que ensinamentos religiosos sejam analisados como referências éticas e morais.

A Bíblia evidentemente não é um manual de administração pública. Entretanto, apresenta princípios que podem provocar boas reflexões sobre o comportamento de qualquer governante. É sensato ele ter humildade para ouvir as pessoas e as pesquisas, reconhecer erros e falhas, visando mudar determinadas atitudes.

Em Marcos 10:42-44, Jesus contrapõe o exercício dominador do poder à liderança pelo serviço. A mensagem é simples: governar é servir à população, e não se servir do cargo, dos privilégios ou do poder.

Em Provérbios 29:4, a justiça aparece associada à estabilidade de uma nação, enquanto a corrupção contribui para sua destruição. É essencial a honestidade e a ética de um líder político.

Em Colossenses 3:9, Paulo orienta os cristãos a não mentirem uns aos outros. Um presidente possui enorme capacidade de influenciar milhões de pessoas. Quando utiliza números, estatísticas ou informações, deveria ter cuidado dobrado com a precisão daquilo que diz. Na avaliação da imprensa, muitas declarações presidenciais são imprecisas, exageradas ou incompatíveis com os fatos.

Provérbios 6:19 condena aquele que "semeia discórdia entre irmãos". Na avaliação de muitos, a política presidencial do "nós contra eles" contribuiu para aprofundar a divisão entre brasileiros. O papel de um presidente deveria ser procurar aproximar, e não estimular antagonismos. Governar um país significa governar para todos.

Em Gênesis 41, José prepara o Egito para sete anos de fome durante os sete anos de fartura. É uma extraordinária lição de planejamento: nos momentos de abundância, um bom gestor também economiza, constitui reservas e pensa no futuro.

Princípios como servir, falar a verdade, promover a união, planejar, economizar, agir com justiça, combater a corrupção e cuidar do dinheiro coletivo são importantes referências para qualquer presidente da República, independentemente de sua fé.

Se o presidente da República seguir, na administração pública, esses ensinamentos de Jesus e outros princípios encontrados na Bíblia, você acredita que o Brasil poderia estar melhor?

LUCAS IZOTON
Engenheiro e empresário



RENATA GARIOLI/PROSPERIDADE E HENRIQUE MONTOVANELLI/FES

O Prosperidade chega para buscar o tricampeonato capixaba, enquanto o FC Estadual quer levantar a taça pela primeira vez

Elas vão decidir quem reina no futebol do ES

Prosperidade e FC Estadual vão decidir Capixabão Feminino em jogo único, no sábado (24); as equipes reeditam final do ano passado

REDAÇÃO ES HOJE
redacao@eshoje.com.br

Prosperidade e FC Estadual passaram pelas semifinais e vão decidir o título do Capixabão Feminino pelo segundo ano consecutivo. As informações sobre a final foram definidas terça-feira (13).

A decisão acontece em jogo único no sábado, 24 de setembro, às 16h, no estádio Almiro Ofranti, em Vargem Alta, com entrada gratuita. Os clubes entraram em acordo e optaram por decidir o título em apenas uma partida, respeitando o regulamento da competição, que permitia essa opção.

O Prosperidade tenta ser tricampeão capixaba, após conquistar a competição nos últimos dois anos. Já o FC Estadual quer levantar a taça pela primeira vez na história.

As duas equipes disputaram as finais do ano passado. O Prospê levou a melhor por 4 a 3 no placar agregado, após vencer a primeira partida por 4 a 1, no estádio Humberto Scaramussa, e perder a volta por 2 a 0, no estádio Engenheiro Araripe.

Douglas Marin, presidente do Prosperidade, comentou sobre decidir o duelo em casa, em Vargem

Alta. Para o diretor, a equipe é favorita para o duelo, mas ressalta que o Prospê precisa entrar concentrado em campo e que, apesar da campanha impecável, o adversário também tem qualidade.

“A gente tinha como meta, desde o início do ano, trazer esse jogo para Vargem Alta. E, para isso, a gente precisava se classificar em primeiro lugar. Então, se tivesse um segundo jogo, ele seria em Vargem Alta. A gente sabe o peso da nossa torcida e a importância

dela. Agora, sendo em jogo único, é um peso ainda maior. A gente sabe que não vai ser uma final fácil. O time do Estadual é qualificado e o nosso também”, disse.

SONHO

Thyago Torrezani, técnico e presidente do FC Estadual, define que seria um sonho conquistar o Capixabão Feminino. Apesar do início desacreditado, que o comandante explica por um elenco formado em sua maioria por

meninas da base, o time aos poucos conseguiu engrenar no campeonato e agora promete surpreender o atual campeão

“As expectativas são as melhores, a gente está muito tranquilo e leve. Nós conhecemos a qualidade do adversário e sabemos do trabalho e de tudo o que eles fizeram também para conquistar esse título, mas estamos tentando fazer algo inédito para nós e esperamos jogar ‘uma água na cabeça deles’”, revelou.

Caminhada dos times até a final

O PROSPERIDADE comemorou primeiro a classificação para a final. Logo após largar na frente, com goleada por 11 a 0, o Prospê teve vitória decretada por W.O. (3 a 0) no jogo da volta. Isso porque, na última sexta-feira (9), a partida foi cancelada pela FES após pedido do Atlético Capixaba, que alegou que não poderia comparecer ao jogo devido ao número insuficiente de atletas.

E o FC Estadual, que já tinha vencido a primeira partida por 3 a 0, confirmou a classificação com empate em 1 a 1, em São Mateus, diante do Harpia, no sábado (10).

Realizado pela FES, o Estadual



RENATA GARIOLI/PROSPERIDADE

Prospê se classificou para a final goleando o Atlético Capixaba

Feminino 2026 vale título estadual e vagas para o Brasileiro Femi-

nino A3 e para a Copa do Brasil Feminina do próximo ano.

Competição de canoa havaiana em Vitória

A CURVA da Jurema, em Vitória, recebe neste sábado (17) a segunda edição do VA'A Team Challenge, competição de canoa havaiana que deve reunir cerca de 160 atletas. Organizado pela Track&Field Vitória, o evento tem largada prevista para as 7h e percurso que inclui a Ilha do Frade e a Ilha dos Cachorros.

A disputa será na modalidade OC6 210+, com canoas para seis remadores. Cada equipe será formada por três homens e três mulheres, com soma de idade igual ou superior a 210 anos. A prova exige sincronia, resistência física e trabalho em equipe.

As inscrições estão divididas em duas categorias: Turma de Capitães, destinada aos responsáveis pela liderança dos times, e Turma de Atletas, para os remadores. As vagas são limitadas e as inscrições podem ser feitas pelo aplicativo TFSports.

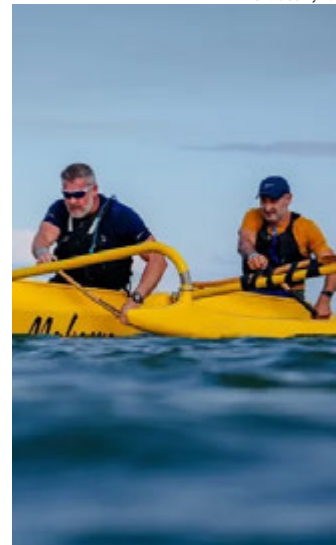
Em maio deste ano, Vitória também sediou uma etapa do Campeonato Estadual de Va'a válida pelo Campeonato Brasileiro, com centenas de atletas. A realização de novas competições contribui para ampliar a visibilidade da modalidade na capital capixaba.

Além da prova, o VA'A Team Challenge terá café da manhã e atividades de parceiros. Os participantes inscritos receberão um kit com camiseta Thermo-dry, bolsa e brindes.

A retirada dos kits está prevista para sexta-feira (16), das 11h às 21h, na loja Track&Field do Shopping Vitória, no primeiro piso. Os atletas também terão 15% de desconto em produtos selecionados da marca, conforme as condições do evento.

A organização recomenda o uso de roupas adequadas à atividade física, proteção solar e hidratação antes e durante a programação.

DIVULGAÇÃO



Segunda edição do VA'A Team Challenge deve reunir 160 atletas

Natureza, arte e design juntos na coleção BIOMAS

Lara Brotas e Andrea de Pinho lançam coleção com a artista dinamarquesa Mai-Britt Wolthers

GIULIANO DE MIRANDA
giulianohistoria@hotmail.com

No dia 14 de outubro, a capital capixaba recebeu a artista dinamarquesa Mai-Britt Wolthers para o lançamento de BIOMAS, coleção de design autoral assinada pela galerista Lara Brotas e pela designer Andrea de Pinho. Inspirada no universo pictórico da artista, a coleção foi apresentada em um desfile comentado na Stampa, das 11h às 15h, ao lado da coleção VIÉS, de Bárbara Louise, e dos calçados de Luiza Barcelos. Para a ocasião, Mai-Britt produziu uma série exclusiva de desenhos e uma pintura em grande formato, que foram exibidas durante o evento e permitiram acompanhar, lado a lado, a origem e o desdobramento da coleção.

Radicada no Brasil desde os anos 1980, Mai-Britt Wolthers construiu uma trajetória profundamente ligada à paisagem brasileira. Sua prática atravessa pintura, escultura, vídeo e gravura, em obras que não descrevem a natureza de forma literal, mas a evocam por meio de textura, ritmo e atmosfera, construídas camada a camada.

É dessa longa investigação sobre os biomas brasileiros que nasce a coleção. Em vez de reproduzir as pinturas, Lara Brotas e Andrea de Pinho traduzem cores, formas, sobreposições e texturas do repertório da artista em



DIVULGAÇÃO

“BIOMAS fala daquilo que se complementa, que se constitui em conjunto, das relações que se estabelecem na vida, na natureza e também na arte”

LARA BROTAS, galerista



DIVULGAÇÃO

Artista dinamarquesa Mai-Britt Wolthers produziu série exclusiva de desenhos para o lançamento da coleção de design BIOMAS

peças autorais como brincos, broches e anéis que fazem com que um pedaço ou “território” da pintura transitem pelo corpo.

CONCEITO E PROCESSO

O próprio conceito de bioma, entendido como um sistema vivo feito de relações de interdependência, orienta todo o processo criativo e aproxima natureza, arte e design.

Para Andrea de Pinho, o desafio foi transformar elementos da pintura em peças sem perder a essência do trabalho de Mai-Britt, “permitindo que eles também desenvolvessem autonomia”. A designer conduziu o desenvolvimento das peças a partir de um estudo detalhado das cores, formas e texturas presentes no repertório da artista.

ENTREVISTA: LARA BROTAS

Como surgiu a ideia de criar uma coleção a partir da obra de Mai-Britt Wolthers?

BIOMAS nasce do desejo de aproximar arte e vida, criando novas possibilidades de encontro entre a obra e o cotidiano. Acompanho o trabalho de Mai-Britt Wolthers há muito tempo e sempre me impressionou a forma como ela fala da natureza brasileira sem descrevê-la, apenas pela cor, pela textura e pelo ritmo. Senti que esse universo

podia sair da parede e chegar ao corpo das pessoas, sem perder a densidade que tem na pintura.

Quando fui convidada pela Andréa, minha amiga de toda a vida, a criar uma coleção de joias autorais, passei muito tempo pensando no que poderia simbolizar a nossa relação: os elos, as conexões e tudo aquilo que nos une. Foi nesse processo que cheguei ao conceito de BIOMAS, que traduz muito mais do que uma peça única e exclusiva. Fala daquilo que se com-

plementa, que se constitui em conjunto, das relações que se estabelecem na vida, na natureza e também na arte.

A partir desse encontro entre a nossa amizade, a pesquisa de Mai-Britt e o desejo de transformar arte em matéria, nasceu a coleção: uma forma de levar a arte para o cotidiano sem perder a profundidade de suas origens.

2- O que o público encontrou no dia 14, na Stampa?

O público encontrou um percurso que vai da natureza à pes-

quisa, da pesquisa à pintura e da pintura ao corpo. Mai-Britt preparou uma série exclusiva de desenhos e uma pintura em grande formato, expostos ao lado das peças, permitindo que as pessoas acompanhassem a origem e os desdobramentos dessa criação. Ter a artista presente tornou esse encontro ainda mais especial.

Tenho um interesse profundo pela criação autoral brasileira e acredito na valorização do design em suas múltiplas expressões, quando ele ultrapassa os limites de sua própria linguagem e estabelece diálogos com a arte, a moda, a joalheria e o cotidiano. Reunir a VIÉS, de Bárbara Louise, os calçados de Luiza Barcelos e a coleção BIOMAS foi uma maneira de dar visibilidade a essa potência criativa e mostrar como diferentes universos podem se complementar sem perder sua identidade.

Acredito que Vitória tem vocação para esses encontros e para a valorização de quem cria. Mais do que apresentar uma coleção, nosso desejo foi compartilhar processos, aproximar linguagens e ampliar o olhar do público sobre a criação autoral brasileira — para que as pessoas saíssem dali percebendo que a arte também pode estar presente naquilo que vestimos, escolhemos e levamos para a vida.



DIVULGAÇÃO

As obras de Mai-Britt não descrevem a natureza de forma literal, mas a evocam por meio de textura, ritmo e atmosfera

Entre votos, panelas e sabores

Feijoada, café e moqueca mostram como a política também marca a alimentação e a identidade brasileira



RICARDO BODEVAN
@chefbodevan

Em tempos de segundo turno, vale a pena olhar para trás com calma. A política brasileira nunca se fez apenas em gabinetes. Ela também se fez à mesa, no que se plantava, no que se cozinhava, no que se exportava e no que se comia (ou se deixava de comer). Comida nunca foi só sustento. Em muitos momentos da nossa história, ela foi identidade, moeda de troca, argumento cultural e, às vezes, instrumento de protesto.

No período colonial, o que se comia e quem cozinhava refletia as hierarquias impostas pela Coroa portuguesa. A sobrevivência e a criatividade, porém, transformaram essa imposição em mistura. As mulheres negras não só

alimentaram senhores e escravizados, mas, em muitos casos, saíam às ruas para vender comida e, com o dinheiro obtido, compravam a liberdade de maridos, filhos e parentes. A culinária funcionou tanto como instrumento de dominação quanto como ferramenta de resistência.

Com a Independência, o Império e depois a República, a comida foi ganhando status de identidade nacional. A feijoada consolidou-se como símbolo da brasilidade. Gilberto Freyre usou a culinária mestiça como argumento político-cultural. Ele defendia que a mistura das cozinhas indígena, africana e portuguesa era a própria essência da identidade brasileira. A comida passava a ser discurso sobre quem somos.

O ciclo do café gerou riqueza, ferrovias, bancos, urbanização e o início da industrialização no Sudeste, mas também concentrou poder político nas mãos

das oligarquias cafeeiras. Essa conexão entre o que se produz no campo e o que se decide no poder permanece viva.

DIFERENÇAS

As diferenças regionais também carregam carga política e de identidade. A moqueca capixaba valoriza o urucum (colorau), o azeite, o coentro e a panela de barro produzida artesanalmente pelas panelleiras de Goiabeiras, em Vitória. Essas variações não são apenas questão de sabor. Elas afirmam história local, saberes transmitidos de geração em geração e pertencimento.

A gastronomia brasileira é o resultado de séculos de política. E a política, por sua vez, continua se fazendo também à mesa, no que se planta, no que se protege e no que se come. Cada voto carrega, de algum modo, o peso e o sabor dessa história longa, misturada e ainda em construção.

FEIJOADA



DIVULGAÇÃO

Ingredientes :

- 500 g de feijão-preto;
- 300 g de carne-seca (ou charque);
- 300 g de costelinha;
- 200 g de lombo (ou pernil);
- 200 g de calabresa;
- 150 g de bacon;
- ORELHA e rabo de porco;
- 1 cebola picada;
- 6 dentes de alho picados;
- 2 folhas de louro;
- SAL;
- PIMENTA-DO-REINO;
- ÓLEO ou banha

Modo de fazer:

1. Deixe o feijão de molho por 8 horas, trocando a água duas vezes.
2. Deixe também a carne-seca de molho, trocando a água para dessalgar.
3. Escorra o feijão e cozinhe com cerca de 1,5 litro de água e o louro por 20 a 25 minutos após pegar pressão.
4. Cozinhe a carne-seca em pedaços por 30 minutos e escorra.
5. Frite o bacon e reserve.
6. Na gordura, doure costelinha, lombo e calabresa fatiada. Reserve.
7. Refogue cebola e alho.
8. Unte feijão com caldo, carnes e bacon; se necessário, acrescente água quente.
9. emperre e cozinhe em fogo baixo por 1 hora a 1 hora e meia, mexendo, até amaciar e encorpar.
10. Ajuste o sal. Sirva com arroz, couve, farofa de mandioca e laranja.



COLUNA DO VINHO

GUSTAVO DEBORTOLI)) @gustavodebortoli

O vinho “interessante”

Acabei de retornar da ProWine, a maior feira de vinhos da América Latina.

ARTE/IA



A cada ano o evento parece maior. Mais produtores, rótulos e vinhos, alguns dos quais talvez nunca encontrem o caminho até a nossa loja. São dias de taças, conversas, cartões de visita e promessas de que, na volta, vamos lembrar o nome daquele produtor italiano ou chileno que fazia um vinho extraordinário.

Mas existe uma situação complicada na vida de quem participa desse tipo de evento que pouco ou nunca aparece nos catálogos: como dizer a um produtor que você não gostou do vinho dele?

A situação é no mínimo delicada. Você está diante de alguém que passou anos cuidando das vinhas, acompanhou a colheita, tomou decisões na vinificação e viajou milhares de quilômetros para apresentar o resultado do seu trabalho. Ele serve a taça, olha para você com expectativa e pergunta: E aí, gostou?

Você prova. Faz aquela pequena pausa, gira a taça, aproxima o nariz e toma mais um gole, na esperança de que o segundo seja melhor que o primeiro. Não é.

O vinho não tem defeito, não está estragado, não há nada tecnicamente errado. Simplesmente não agrada ao seu paladar. Mas o produtor continua ali, sorrindo, esperando uma resposta.

É nesse momento que entra em cena uma das palavras mais úteis do vocabulário enológico: “interessante”. Você responde, com a convicção de quem acaba de descobrir uma nova fronteira da vinicultura.

O produtor sorri, satisfeito, e começa a falar das característi-

cas do solo, da altitude, fermentação, influência do clima e as particularidades daquela safra. Enquanto isso, você escuta tudo com atenção, faz mais algumas perguntas e, ao final, agradece pela oportunidade de conhecer o produto.

Saio do estande com a consciência tranquila e a sensação de que talvez tenha acabado de cometer uma pequena fraude em nome da diplomacia.

Em meio a tantos produtores, estilos e regiões, a gente percebe que conhecer vinho não significa apenas aprender a identificar aromas, avaliar a acidez ou reconhecer taninos escondidos, mas também ter educação no modo de provar, ouvir e conversar sobre ele.

E que se registre que educação não é fingir que todos os vinhos são extraordinários. Tampouco é transformar uma preferência pessoal em sentença definitiva sobre o trabalho de alguém. Mas saber que podemos não gostar de um vinho sem precisar desqualificá-lo e, sobretudo, que a pessoa que o produziu merece respeito, mesmo quando a taça não nos conquista.

No fim, talvez a maior elegância de quem aprecia um bom vinho não esteja em descrever o que sente, mas em saber como dizer o que sente.

E, se um dia você me encontrar numa feira, diante de uma taça que não me agradou, não se preocupe: provavelmente serei sincero. Só não estranhe se, antes de terminar a conversa, eu disser que achei o vinho “interessante”.

SUA EMPRESA É UMA S.A.?

O calendário das
assembleias já
começou.

➤ A Lei nº 6.404/1976 exige a
publicação das demonstrações
financeiras antes da AGO.

Garanta a segurança
jurídica e a validade
dos seus atos dentro
do prazo.

**PUBLIQUE NO ES
HOJE DE FORMA
ÁGIL E SEGURA.**

ESHOJE®



Do impresso ao digital **a gente te conecta com a notícia.**

PUBLICAÇÃO LEGAL

EDITAIS • COMUNICADOS • BALANÇOS • CONVENÇÕES • PRESTAÇÕES DE CONTAS

 **SEXTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 2026** WWW.ESHOJE.COM.BR BIANCA@ESHOJE.COM.BR **ANUNCIE: (27) 2180-0678 PAG.1**

EDITAL DE DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE KWAY LTDA.
VARA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA DA COMARCA DE VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO, PROC. Nº 5013985-08.2026.8.08.0012. (PJE).
RECUPERAÇÃO JUDICIAL KWAY LTDA. O Dr. Marcos Pereira Sanches, **Juiz de Direito da Vara de Recuperação Judicial e Falência da Comarca de Vitória/ES**, em exercício de seu cargo, na forma da lei, etc., faz saber aos interessados que a Recuperação Judicial em epígrafe teve seu processamento deferido no dia 05/10/2026, conforme Decisão de ID 108399221, do seguinte teor: "Vistos. Trata-se de tutela cautelar antecedente proposta por 'KWAY LTDA' (CNPJ 39.385.463/0001-54 e CNPJ da filial 39.385.463/0003-16), requerendo, em suma, a suspensão do curso das ações e execuções movidas em seu desfavor pelo prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 20-B, inciso IV, §1º, da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, com redação dada pela Lei 14.112, de 24 de dezembro de 2020, bem como o deferimento da gratuidade de justiça. O processo foi inicialmente distribuído à 2ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ em 18/05/2026, sendo autuada sob numeração 3089214-35.2026.8.19.0001. Em 08 de junho próximo passado, a competência para processamento da feito foi declinada a este Juízo, tendo o processo sido efetivamente redistribuído em 15 de junho seguinte. Em 19/06/2026 este Juízo deferiu o parcelamento das custas processuais e a tutela requerida (id 99936267). A parte ativa requereu a prorrogação do prazo legal (60 dias), o que foi indeferido, tendo sido, contudo, concedido o prazo de 15 (quinze) dias para emenda da inicial a apresentação do pedido de recuperação judicial (id's 104936862 e 106061748). Sobreveio aditamento à inicial (id 101423622). É o essencial. Em síntese, o pedido está em termos para ter o seu processamento deferido, já que presentes os requisitos legais (artigos 48 e 51 da Lei 11.101/2005), verificando-se a possibilidade de superação da 'crise econômico-financeira' da devedora. Ante o exposto, nos termos do art. 52, da Lei 11.101/2005, DEFIRO o processamento da Recuperação Judicial apresentada por 'KWAY LTDA' (CNPJ 39.385.463/0001-54 e CNPJ da filial 39.385.463/0003-16), nos seguintes termos: a) Nomeio como Administradora Judicial a sociedade empresária 'Paoli, Balbino & Barros Sociedade de Advogados', (CNPJ 22.714.890/0001-36, representada pelo Dr. Otávio de Paoli Balbino - 064.298.896-02, advogado inscrito na OAB/MG 123.643, situada na Avenida Brasil, 1.666, 13º andar, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, telefone (31) 3656-1514; c onatato@pbbadvogados.com.br. Para fins do art. 22, III, deve: a.1) Comparecer em Cartório para firmar termo de compromisso nos autos em 48 (quarenta e oito) horas, caso aceite a nomeação, com a imediata assunção de suas funções e deveres, observando-se as disposições previstas no artigo 22, I e II, da LRF; a.2) Deve o administrador judicial informar o juízo a situação da empresa em 10 dias, para fins do art. 22, II, 'a' (primeira parte) e 'c'; da Lei n. 11.101/05, bem como apresentar os relatórios mensais de atividades das recuperandas. a.3) Fiscalizar a regularidade do processo e o cumprimento dos prazos pela recuperanda. a.4) No mesmo prazo assinalado no item 1.2, deverá apresentar sua proposta de honorários. b) Nos termos do art. 52, II, da Lei n. 11.101/2005, determino a 'dispensa da apresentação de certidões negativas para que os devedores exerçam suas atividades, observado o disposto no §3º do art. 195 da Constituição Federal e no art. 69, da Lei 11.101/05', observando-se que o nome empresarial seja seguido da expressão 'em Recuperação Judicial'. Ademais disso, ressalto que o simples deferimento do processamento da recuperação judicial não se presta para inabilitar, desclassificar, rescindir ou recusar contratação com a recuperanda, tanto mais quando 'a exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do certame, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica' (STJ, AREsp 309.867/ES). Ainda neste sentido: STJ, REsp 1.826.299/CE, julgado em 16/08/2022. c) Determino, nos termos do art. 52, III, da Lei 11.101/2005, 'a suspensão de todas as ações ou execuções contra a(s) devedor(a)s', na forma do art. 6º, I, II e III, da LRF, devendo permanecer os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º dessa Lei e as relativas a créditos executados na forma dos §§3º e 4º do art. 49 dessa mesma Lei', providenciando a(s) devedor(a)s as comunicações competentes (art. 52, § 3º). A ressalva acerca da continuidade da tramitação das ações acima elencadas, entretanto, não autoriza a prática de atos de excussão de bens da(s) recuperanda(s) sem o crivo deste Juízo sobre a apreciação da questão atinente à essencialidade de bem eventualmente objeto de litígio entre a(s) recuperanda(s) e seu credor. Inteligência da jurisprudência do STJ, por ocasião dos julgamentos do AgRg no CC 143.802/SP, AgRg no RCD no CC 134.655/AL e REsp 1298670/MS. Serve a presente decisão como ofício a todas as Unidades Judiciais do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, para ciência do presente deferimento do processamento da recuperação judicial. d) Determino, nos termos do art. 52, IV, da Lei 11.101/2005, a(s) devedor(a)s a 'apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores'. e) Oficie-se à Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, por meio do sistema Simplifica-ES, para que conste a expressão 'em recuperação judicial' nos registros desse órgão. Serve a presente como ofício. f) Comuniquem-se às Fazendas Públicas da União Federal, do Estado do Espírito Santo, bem como ao município da Serra, por meio de seus respectivos procuradores neste sistema PJE, para ciência do presente deferimento do processamento da recuperação judicial. g) Devel(m) a(s) recuperanda(s), em conjunto com o Administrador Judicial, encaminhar(em) a este Juízo a minuta do edital previsto no art. 7º, § 1º, da Lei de Insolvência, em formato editável, por meio do e-mail institucional <falencia-vitoria@tjes.jus.br>, no prazo de 05 dias. Deverá(ão) também a(s) recuperanda(s) providenciar a publicação do edital em jornal de grande circulação. o prazo para habilitações ou divergências aos créditos relacionados (pela devedora) é de 15 dias a contar da publicação do edital mencionado. h) O plano de recuperação judicial deve ser apresentado no prazo de 60 dias, na forma do art. 53, sob pena de convalidação da recuperação judicial em falência. Com a apresentação do plano, expõe-se o edital contendo o aviso do art. 53, parágrafo único, da Lei n. 11.101/05, com prazo de 30 (trinta) dias para as objeções, devendo a recuperanda providenciar, no ato da apresentação do plano, a minuta do edital, inclusive por meio do e-mail institucional <falencia-vitoria@tjes.jus.br>. i) Autue-se incidente processual para a regularização e equacionamento dos débitos fiscais federais, estaduais e Municipais, considerando o local da sede e de eventuais filiais. Tão logo criado, intimem-se as Fazendas Públicas mencionadas para que informem a totalidade de seus créditos e as alternativas para pagamento, esclarecendo sobre a possibilidade de parcelamento e/ou transação tributária, devendo, ainda, adequar a capacidade de pagamento (CAPAG) à condição de recuperanda, no prazo de 10 (dez) dias. Após, ciência a(s) recuperanda(s) para que comprovem(m) as medidas adotadas para a regularização do débito fiscal até a 1ª convocação da assembleia-geral de credores, caso houver, ou até a juntada dos termos de adesão de que trata o art. 56-A da LREF. j) Atento ao o princípio da preservação da empresa e da consequente função social que esta exerce, notadamente na comunidade na qual inserida, bem como considerando que os bens indispensáveis ao seu funcionamento, mesmo que oferecidos como garantia fiduciária, não podem ser retirados da posse da recuperanda, a qual exerce atividade de transportes, declaro a essencialidade das 18 (dezoito) empilhadeiras descritas e individualizadas na relação de ID 108105182, nos termos do art. 49, §3º, parte final, da Lei 11.101/05, e da jurisprudência consolidada do C. Superior Tribunal de Justiça, verbis: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - BENS DADOS EM GARANTIA FIDUCIÁRIA. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. BENS ESSENCIAIS. SUEJÇÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SÚMULA 83/STJ. 1. Hipótese em que a Corte a quo entendeu, observando o princípio da preservação da empresa, que os bens objetos do litígio, mesmo que oferecidos como garantia fiduciária, não poderiam ser retirados da posse da recuperanda, por serem essenciais à manutenção das atividades empresariais. 2. O acórdão recorrido está em harmonia com a jurisprudência do STJ, segundo a qual o credor titular da posição de proprietário fiduciário ou detentor de reserva de domínio de bens móveis ou imóveis não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial (Lei 11.101/2005, art. 49, § 3º), ressalvados os casos em que os bens gravados por garantia de alienação fiduciária cumprem função essencial à atividade produtiva da sociedade recuperanda (AgInt no AgInt no AgInt no CC 149.561/MT, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 22/08/2018, DJe 24/08/2018). 3. Estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência firmada nesta Corte Superior, o recurso especial não merece ser conhecido, ante a incidência da Súmula 83/STJ: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". 4. Agravo Interno não provido. (STJ, AgInt no AREsp n. 1.660.732/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 14/9/2020, DJe de 22/9/2020 - grifei) No mesmo sentido: STJ, AgInt no AREsp 1152938/SP, AgInt no AREsp 1087323/SP, AgInt no AREsp 135672/PR, AgInt no CC 159480/MT e REsp 1660893/MG. Intime-se, especialmente o Ministério Público. Cumpra-se. Diligencie-se." "RELACÃO DE CREDORES. KWAY LTDA. CLASSE I - TRABALHISTA: EVILASIO OLIVEIRA SANTOS JUNIOR - R\$ 1.500,00; JOSE LUIZ DE OLIVEIRA CUNHA - R\$ 5.000,00; MARLON DOUGLAS SOARES MARINHO - R\$ 17.500,00; GABRIEL DA CONCEIÇÃO FREITAS - R\$ 8.000,00; PEDRO SILVA XAVIER ALVES - R\$ 8.000,00. CLASSE III - QUIROGRAFARIOS: ARCHÉ SECURITIZADORA S.A. - R\$ 633.000,00; DELTA FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL DELTA - NP - R\$ 1.943.606,69; BANFITA FIDC - BANFITA FUNDO DE INVEST. EM DIR CRED MULT - R\$ 4.787.961,66; BANEISTES (AG 0105 CC 385260-9) - R\$ 449.745,84; COOP. DE CREDITO SICOOB SUDESTE (AG 5631 - CC 2.030.072- 7) - R\$ 103.774,68; COOP. DE CREDITO SICOOB SUDESTE (AG 5631 - CC 2.030.072- 7) - R\$ 215.424,81; COOP. DE CREDITO SICOOB SUDESTE (AG 5631 - CC 2.030.072- 7) - R\$ 200.376,40; COOP. DE CREDITO SICOOB SUDESTE (AG 5631 - CC 2.030.072- 7) - R\$ 107.896,57; COOP. DE CREDITO SICOOB SUDESTE (AG 5631 - CC 2.030.072- 7) - R\$ 26.355,40; NU FINANCEIRAS S.A. (AG 0001 CC 48585528-3) - R\$ 106.825,29; CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (AG 1643 CC 57250-4) - R\$ 114.418,00; CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (AG 1643 CC 57250-4) - R\$ 1.198.124,00; CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (AG 1643 CC 57250-4) - R\$ 318.460,54; BANCO BRADESCO S/A (AG 1444 CC 39913-2) - R\$ 191.353,78; BANCO BRADESCO S/A (AG 1444 CC 39913-2) - R\$ 538.980,11; SOFISA (AG 0005 CC 1012699) - R\$ 544.526,68; SOFISA (AG 0005 CC 1012699) - R\$ 270.738,60; BRASIT S/A EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO - R\$ 250.297,96; SUPERPESA MARÍTIMA LTDA - R\$ 136.882,90; CLARA INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA - R\$ 216.490,32; CTS SILVA LTDA - R\$ 196.365,32; MAXPESA CONSTRUÇÕES TRANSPORTES LOCAÇÕES E MONTAGENS LTDA - R\$ 313.107,54; CONTRABANK S.A. - R\$ 50.452,71; FRIGODÁRIO COMERCIAL E LOGÍSTICA LTDA - R\$ 205.382,24; AGERIO - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - R\$ 18.750,06; CORRÊA, DANTAS E GARCEZ ADVOGADOS ASSOCIADOS - R\$ 216.315,00; MARCO SCAICON & CIA. LTDA. (POWER LEAD BATERIAS TRACIONÁRIAS) - R\$ 6.397,65; QUATENUS - SISTEMAS INTELIGENTES DE LOCALIZAÇÃO GLOBAL LTDA - R\$ 1.882,42. CLASSE IV - ME OU EPP: O. F. PIRES MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA. (MA-OTEC) - R\$ 59.200,79; ALMIG - EDNO E MATOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DO TRABALHO - R\$ 49.091,33; VM COMÉRCIO & SERVIÇOS DE EMPILHADEIRAS LTDA - R\$ 7.900,00; ANSELMO DAS NEVES SOARES (PALEANTECO) - R\$ 15.300,00; HORUS PARTICIPAÇÃO LTDA - R\$ 38.310,80; CONSTRUTORA E LOCADORA PIMENTA PRADO LTDA. (COPRAL) - R\$ 98.020,00; VERTIC EMPILHADEIRAS LTDA - R\$ 46.710,74; ARIANNE MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA. (VALTE DO NEQUEI) - R\$ 65.862,21; CORGA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS LTDA. (AL EQUIPAMENTOS) - R\$ 8.850,00; GILTES - GUINDASTES E SERVIÇOS TÉCNICOS - R\$ 134.052,98; RVM CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. - R\$ 259.876,75; RACKMOR SISTEMAS DE ARMAZENAGEM LTDA - R\$ 124.000,00; SAMAP - SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL - R\$ 24.000,00; MERCO - SAT COMUNICAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA - R\$ 105.000,00; QUEMAIS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES - R\$ 10.000,00; GADAL CONTABILIDADE LTDA - R\$ 10.000,00". Ficam advertidos os credores que, após a publicação deste Edital, terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentarem suas habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados (§ 1º, art. 7º, da Lei 11.101/2005) diretamente à Administradora Judicial, preferencialmente pela via eletrônica no endereço: h.abilitacoes@pbbadvogados.com.br ou pela via física, no endereço localizado na Avenida Brasil, 1666, 13º andar, Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30.140-004. E para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente. Vitória/ES, / 2026. (as.) (Nome) Escrivão(ã) Judicial. (as.) **Dr. Marcos Pereira Sanches - Juiz de Direito.**

bandes
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES
CNPJ Nº 28.145.829/0001-00
N.I.R.E. 32300001378
EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Data e hora: 05/10/2026 às 10h; Local: Aconteceu de modo exclusivamente digital, considerada como realizada na Av. Princesa Isabel, 54, 12º andar, Vitória-ES; Presentes: Acionistas representantes de mais de 2/3 do capital social votante; Presidente da Mesa: Lucca Elmor Rizzo Scognamillo; Secretária: Renata Bautz; Deliberação: 1) Ratificação da deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2026, relativa à eleição de membro do Conselho Fiscal. Assinam: Lucca Elmor Rizzo Scognamillo, Presidente da Mesa e Renata Bautz, Secretária. Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - Certifico o registro em 09/10/2026 14:04, Protocolo: 261622030. Código de Verificação: 12617591503. Paulo Cezar Juffo - Secretário-Geral. A integra da ata pode acessada em: <https://eshoje.com.br/publicacao-legal/2026/10/publicacao-legal-16-10-2026/>

COMUNICADO
TUBOS VIANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, torna público que **REQUE-REU** da **SEMMA**, através do proc. n.º **10004/2014**, a Licença Municipal de Operação para atividade de **Fabricação de peças, ornatos, estruturas e pré-moldados de cimento, concreto armado, gesso e de lama do beneficiamento de rochas ornamentais** na localidade de **Soteco**, Município de **Viana-ES**. Com prazo de validade de 1.460 dias.

COMUNICADO
TAJ HOME RESORT SPE 037- EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA CNPJ 13.527.938/0001-06 torna público que **obteve** da **PMVV/SEMMA**, **LMAR Nº 219/2026** para desenvolvimento da atividade de **Condomínios Verticais (Habitacional e Comercial)**, **COD. 18.04 - Classe III**, na localidade **Rodovia do Sol Nº 4300 Jockey Vila Velha ES**

COMUNICADO
ARTE NOVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, torna público que **obteve** através do processo nº22707/2026, a Licença Municipal única, para atividade **21.22 Terraplenagem na Avenida do Congo - 43, Nova Campo Grande, Cariacica - ES**.

COMUNICADO
AC COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, CNPJ n° 07.415.554/0012-51, torna público que **Requeru** por meio do processo n° **110589/2026**, à **PMVV/SEMMA**, **LMAR-O** para desenvolvimento da atividade de **estocagem, armazenamento ou depósito de cargas gerais, inclusive materiais de construção civil e ensacamento de carvão (exceto produtos/resíduos químicos e/ou perigosos e/ou alimentícios e/ou combustíveis líquidos)**, com atividades de **manutenção e/ou lavagem de equipamentos e/ou unidade de abastecimento de veículos (cód. 22.08)**. Na localidade: **Rodovia Darly Santos, Nº 2150, Vale Encantado, Vila Velha/ES, 29.113-511**.

COMUNICADO
"SIM PHARMA NUTRACEUTICOS LTDA torna público que **requereu** da **SEMDEC/SUB-MA Cariacica, ES** através do processo n° **35471/2026** a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), para **Fabricação de outros produtos Alimentares** na localidade de **Vila Independência - Cariacica/ES."**

COMUNICADO
"RECEPUTI SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ n° 58.079.383/0001-15, torna público que **obteve** da **PMVV/SEMMA**, **LMAR nº231/2026** para desenvolvimento da atividade de **reparação, retifica, lanternagem ... com processo de pintura (cód. 5.08 I) - Classe I**, na R. César Alcure, nº137, Letra B, São Torquato, Vila Velha/ES.

www.eshoje.com.br

Somos diário. Seja no impresso ou no digital.

Aqui você realiza, no melhor preço de mercado, a sua publicação legal.

**ESHOJE®**